

Uma Cidade Sem Passado? O Registro Cartográfico Como Preservação da Memória de Minas Novas no Alto Jequitinhonha

A Town Without History? Cartographic Register as the Preservation of Memory of Minas Novas in the Alto Jequitinhonha Region

Alice Ferreira Silva¹

Paulo Fernando de Souza Campos²

Resumo

O presente artigo utiliza os conceitos de memória e cartografia como variáveis para a análise da região do Alto Jequitinhonha, em específico, em torno da exclusão de Minas Novas de mapas contemporâneos da Estrada Real Mineira. Para essa perspectiva, os conceitos de memória e de esquecimento se orientam não somente por condicionantes do seu uso ou desuso, mas por questões acima da escala da racionalização do lugar. Neste sentido, busca entender a memória não apenas divergindo-a do esquecimento, mas a partir da herança que o espaço, objeto desta análise, ocupa, bem como de suas potencialidades em relação ao desenvolvimento regional. A partir do método comparativo o material cartográfico possibilita problematizar, nomeadamente, as regras de sistemas culturais no desenvolvimento econômico da região estudada, cujo resultado implica a relevância destes registros para a memória da região analisada. Como resultado, considera-se que a exclusão de Minas Novas como parte da Estrada Real contribui para os baixos índices de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Estudos Regionais. Estrada Real Mineira. Desenvolvimento Regional.

Abstract

Current paper considers memory and cartography as variables for the analysis of the Alto Jequitinhonha region, with special reference to the exclusion of the town of

¹ Mestra em Ciências Humanas pela Universidade Santo Amaro (UNISA). ORCID: 0000-0002-1363-1675.

² Doutor em História Social pela UNESP/ASSIS. Professor do Mestrado Interdisciplinar da Universidade Santo Amaro (UNISA). ORCID: 0000-0001-8518-6921.

Minas Novas off contemporary maps of the Royal Road of Minas Gerais The concepts of memory and forgetfulness are foregrounded not merely by use and lack of use conditions but by issues above the site's rationalization scale. Memory by use and lack of use conditions but by issues above the site's rationalization scale. Memory should not be perceived as merely different from forgetfulness but should be understood as from the heritage of occupied space (the object of current analysis) and its potentialities with regard to regional development. Through the comparative method, the cartographic material problematizes in particular the rules of the cultural systems in the economic development of the region under analysis. Results reveal the relevance of these registers for the memory of the analyzed region. The exclusion of Minas Novas as part of the Royal Road of Minas Gerais contributes towards the low indexes of regional development.

Keywords: Regional studies; Royal Road of Minas Gerais; Regional development.

Introdução

A memória cartográfica emerge como categoria de análise que interessa para estudos interdisciplinares, sobretudo, em relação às instituições de desenvolvimento econômico, pois impactam nas regras de sistemas culturais que (in)viabilizam a ampliação de recursos que emergem, por exemplo, do turismo como possibilidade de progresso de regiões históricas como é o caso da presente análise. Para tanto, a partir dos conceitos de memória e cartografia analisaremos o esquecimento da cidade de Minas Novas, situada no Alto Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, como parte da história colonial brasileira e do caminho da Estrada Real Mineira para, deste modo, avaliar as interfaces da memória e cartografia com o desenvolvimento regional.

O Vale do Jequitinhonha é marginalizado e identificado pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Tais fatores reduzem o potencial de desenvolvimento da região, pois impacta na atividade econômica na medida em que a memória dos espaços, lugares e das paisagens são negligenciados em suas potencialidades de valorização regional. O IDH foi criado pelas Organizações das Nações Unidas - ONU para obter o conhecimento da vida das pessoas em todo o mundo, de acordo com o senso realizado em 2010 pelo Instituto Geográfico e Cartográfico - IBGE o estado de Minas Gerais está em nono lugar no ranking de

desenvolvimento humano no Brasil. No entanto apresenta uma das piores regiões de área de repulsão demográfica e baixo IDH, com especial atenção para o Vale do Jequitinhonha. (IBGE, 2010).

Refletir sobre o potencial da memória como vetor para o desenvolvimento social regional implica considerar a potencialidade de espaços sociais históricos esquecidos, como ocorre com a cidade de Minas Novas. O poder atribuído a uma comunidade e viabilizado por órgãos governamentais inibem ou exaltam o desenvolvimento regional, projetando ou não o potencial de cidades, em específico, aquelas consideradas históricas, pois acumulam legitimidade para inserção na indústria do turismo – ainda pouco desenvolvido no Brasil - com o objetivo de ampliar o desenvolvimento de regiões descaracterizadas no cenário histórico brasileiro.

Deste modo, a presente análise se caracteriza pelo estudo da cidade de Minas Novas, em Minas Gerais, que emerge enquanto espaço social entre os séculos XVI e XIX, período considerado como Brasil Colônia, destacadamente como um centro minerador que atraiu investimentos no setor naquele contexto, tornando-se internacionalmente conhecida. Deste modo, o artigo visa responder a razão do esquecimento da cidade de Minas Novas, dentre tantas outras presentes no Alto Jequitinhonha, como parte do caminho da Estrada Real mineira. Ou seja, os motivos para os quais os mapas sobre a Estrada Real mineira não identificam a cidade de Minas Novas como parte do percurso. A pesquisa objetiva uma análise crítica e interdisciplinar dos mapas elaborados por Padres Matemáticos como fontes de pesquisa para, assim, identificar, comparar e expor os contextos que evidenciam a memória, bem como o esquecimento, da cidade como parte da Estrada Real.

O método de análise comparativa dos registros históricos constará do levantamento sistemático de mapas da cidade de Minas Novas. Deste modo, ao comparar as fontes cartográficas, será possível problematizar o esquecimento da cidade em relação à Estrada Real Mineira, bem como observar evidências que comprovam sua existência como parte dessa memória histórica, logo, sua potencialidade regional e turística. A forma de análise dos resultados partirá das propostas de Paul Ricoeur (2007) em relação aos conceitos de memória e

esquecimento, os quais norteiam as análises ora apresentadas, bem como da importância da cartografia como registro que evidencia o potencial regional na qual a cidade de Minas Novas está inserida.

Os Padres Matemáticos e a Cidade de Minas Novas

Os impulsos da expansão Geográfica no Brasil se fez pela procura das pedras preciosas e metais preciosos [...] cobre, pedras verdes e azuis, esmeraldas e safira, ouro e prata, existentes no sertão da Baía. (MAGALHÃES, 1944, p.23) O norte de Minas Gerais, no qual a atual cidade de Minas Novas está localizada, pertencia ao atual estado da Bahia, sede do governo colonial, localizado na cidade de Salvador. Para os estudiosos do tema “Vários caminhos ligavam o Recôncavo Baiano, primeiro com as áreas de extração do ouro e, a partir de 1727, do diamante em Minas Gerais e Mato Grosso.” (COSTA, 2004, p.48) O sertão mineiro e baiano guardava muita riqueza, e essa riqueza trouxe disputas entre as capitanias de Minas e Bahia,

A cada ano eram descobertas novas lavras, com por exemplo, o morro do ouro nas vizinhanças de Paracatu provavelmente em 1721, e as Minas Novas do Fanado, afluente do Rio Araçuaí, em 1727. Essa última descoberta suscitou imediatamente disputa entre as capitanias de Minas e Bahia sobre jurisdição da Minas. (MACHADO et al., 2013, p. 727)

Devido à localização Geográfica das duas capitanias, os caminhos da Bahia para as Minas eram de fácil acesso em relação aos demais, no entanto “[...] a mudança do governo para o Rio de Janeiro, estes caminhos deixam de ser considerados importantes para ligação as Minas.” (COSTA, 2004, p.50) Assim sendo a Coroa Portuguesa passa a ter maior interesse aos caminhos que ligavam o Rio de Janeiro às Minas, e o conhecimento desses caminhos ainda eram transmitidos oralmente por sertanistas, conseqüentemente, a Coroa tratou de enviar para o Brasil os chamados Padres Matemáticos com o objetivo de melhor cartografar as regiões onde se localizavam os metais preciosos, principalmente, a região de Minas Gerais “[...] seguiam de Portugal para o Rio de Janeiro os dois ‘Padres Matemáticos’ cuja missão cartográfica iria exercer-se predominantemente na vasta região mineira e na

costa” (CORTESÃO, 2009, p.157).

Dois Padres Matemáticos seguiram para o Brasil, Diogo Soares e Domingos Capassi, no entanto antes de viajarem é preciso destacar que houve o renascimento da cartografia em Portugal, pois “ [...] Dom João V fizera contratar na Itália, para servirem como astrônomos ou, mais exatamente, como técnicos de observação dos longitudes, os Padres Carbone e Capassi, da Companhia de Jesus, que em setembro de 1722 chegaram a Lisboa. (CORTESÃO, 2009, p.190). Domingos Capassi ou melhor, Domenico Capacci era italiano e foi um dos padres escolhidos por pertencer a uma das nações menos suspeitas da Coroa Portuguesa. Capassi tinha a missão de percorrer os sertões e fazer mapas individuais das regiões do Brasil.

[...] foi para Lisboa junto com o Pe. João Batista Carbone, em setembro de 1722, contratados, em Roma, pelo embaixador André de Melo e Castro, Conde de Galveias. O observatório montado pelos dois jesuítas em Lisboa começou a funcionar em 1724. Durante os anos de 1724 a 1729, realizaram observações astronômicas, não só no observatório como no campo, viajando pelas longas partes de Portugal. (COSTA, 2004, p. 142).

Durante os cinco anos de observações, entre “1724 - 1729”, Pe. Carbone tornou-se assessor de D. João V, “[...] e, em 1745, cuidou da criação do bispado de Mariana, em Minas Gerais.” (COSTA, 2004, p.142). Cabe destacar que Mariana corresponde uma das regiões onde mais se extraiu metais preciosos durante o período colonial. Diogo Soares era português, e também jesuíta, foi enviado para o Brasil com os mesmos objetivos que Capassi, isto é, realizar mapas do dito Estado, pelos sertões e marinha, para a Coroa melhor conhecer as Capitanias e Comarcas, ou melhor, conhecer as regiões que estavam sendo colonizadas e as riquezas pertencentes em cada região.

As observações eram realizadas através do céu, ou seja, “[...] baseada na observação dos eclipses das luas de Júpiter, o que significou um enorme progresso para a precisão da arte cartográfica.” (COSTA, 2004, p. 139). Depois das observações das longitudes e latitudes em Portugal ocorreu a partida dos padres para o Brasil. Foi a partir destas observações que o Pe. Diogo Soares tornou-se

apto para acompanhar Pe. Capassi na missão cartográfica em terras brasileiras.

Os Padres seguiram rumo ao Brasil e não se assustaram com as dificuldades encontradas, uma dessas dificuldades foi a de percorrer os sertões das Minas, área geográfica do bioma cerrado, com árvores de troncos tortuosos, cascas grossas e muitas vezes espinhosas e com o clima predominante tropical sazonal. Estudiosos do tema afirmam que:

Sem demora, os padres se puseram à caminho do Rio de Janeiro, onde chegaram em fevereiro de 1730. Uma das primeiras tarefas foi a montagem de um observatório astrônomo no Colégio do Jesuítas, no Morro do Castelo, para a determinação da longitude do meridiano do Rio de Janeiro, usado como meridiano de origem em todas as cartas por eles produzidas. (COSTA, 2004, p.143)

Esse foi o primeiro trabalho que os cartógrafos Capassi e Soareas realizaram juntos. Depois desse trabalho o caminho dos padres bifurcou, “[...] Pe. Capassi partiu para fazer o levantamento da costa norte do Rio de Janeiro até o Espírito Santo, enquanto o Pe. Soares foi para as Minas Gerais [...]” (COSTA, 2004, p.144). Independentemente da separação dos Padres, no início de 1735, os dois se reencontram e com base nos levantamentos realizados entre as partes de cada um, estas se juntaram e fizeram a parte de um todo, vale dizer, “Produziram um conjunto de quatro mapas que cobrem as regiões das minas de ouro e as novas descobertas dos diamantes do Serro Frio, entre às latitudes 16° 30’ e 21° 30’ sul, correspondendo uma distancia norte-sul de cerca de 550 km.” (COSTA, 2004, p.144), Infelizmente esses mapas não foram finalizados. Os mesmos não contem título, legenda e assinatura, no entanto pode-se identificar que os mapas pertenciam aos ‘Padres Matemáticos’ devido às orientações dos meridianos do Rio de Janeiro, isto é, grandes círculos da esfera cujo plano contém o eixo de rotação, ou eixo dos pólos. “A longitude de um lugar (x ou λ) é a distância, expressa e graus, minutos e segundos de arco, entre o meridiano do lugar e o meriadiano de Greenwich (perto de Londres), tomando como origem. A longitude se mede de 0 a 180° L ou O”. (JOLY, 1997, p.39)

A existência de outros mapas cartografados pelos Padres Matemáticos é possível de verificação em outros registros, um deles é o mapa “[...] dos diamantes

intitulado *Rios e córregos em que se descobrirão e mineração os diamantes desde o anno de 1729 até o presente de 1734*, este em escala mais detalhada, mostrando o alto do Rio Jequitinhonha [...]” (COSTA, 2004, p.144). Depois do trabalho dos Padres Matemáticos, que durou longos anos, a principal referência indica que:

[...] o Padre Capassi adoeceu e após uma enfermidade de dois meses, faleceu em São Paulo, a 14 de fevereiro de 1736, de “febre maligna”, possivelmente malária. Padre Soares continuou o serviço sozinho e faleceu em 1748 nas minas de Goiás após 18 anos viajando pelos sertões do Brasil. (COSTA, 2004, p.145)

Estes Padres deixaram uma base cartográfica com um ganho enorme para o Brasil e foram os responsáveis pela montagem do primeiro observatório astronômico, pois tiveram firmeza e coragem de titular às primeiras coordenadas geográficas no Estado que estava sendo explorado pela Coroa. Destarte, os mapas contam histórias. A cartografia brasileira é marcada pela colonização européia e pela afirmação do Estado nacional, num processo que se estende até a contemporaneidade. A leitura desses mapas permite reconhecer a história do Brasil e de suas cidades por meio da diversidade dos mapas cartografados. Assim, “É interessante observar como a manipulação dos elementos de um mapa pode mudar seu sentido original”. (KNAUSS; RICCI; CHIVARI, 2010, p.47), logo, a capacidade dos mesmos em transformar a História. Alicerçados nessa mudança que ocorre na cartografia, o mapa de Capassi e Soares, preservados no Instituto da Estrada Real nos mostra essa manipulação.

A Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas, primeiro nome da atual cidade de Minas Novas, conferido em 1727, remonta a historicidade da região, pois a Vila foi fundada e governada por Dom Lourenço de Almeida, primeiro governador da recém-criada Capitania das Minas do Ouro. (PRECIOSO, 2008). Jonh Mawe³ apresenta Minas Novas como a principal cidade do norte mineiro durante o

³Jonh Mawe nasceu em Derbyshire, Inglaterra, em 1764. Naturalista, mineralogista e comerciante de minerais, dedicou-se por quinze anos a viagens marítimas com fins científicos e comerciais. Chegou ao Brasil um pouco antes da família real portuguesa se transferir para a colônia americana. Realizou diversas escalas no sul, tendo alcançado Santa Catarina em 1807. No Rio de Janeiro foi recebido por d. João VI e com o apoio de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, foi o primeiro estrangeiro a obter permissão para visitar as jazidas das Minas Gerais e outras regiões do interior entre os anos

período colonial. O naturalista percorreu o atual Vale do Jequitinhonha em busca de minerais preciosos e tinha como objetivo “[...] continuar minha viagem até Minas Novas e daí, para oeste até Paracatú e voltar por Abaeté, lugar em que se encontraram muitos e grandes diamantes, mas sem geral de qualidade inferior.” (MAWE, 1944, p. 229.) No entanto, não conseguiu ir até às Minas Novas, devido a uma doença, permanecendo no arraial do Tijuco, no qual recolheu informações de pessoas que conheciam os distritos que tinha como objetivo registrar. A seguinte informação em forma de narrativa foi recebida pelo naturalista e mineralogista.

Tocaia, a principal cidade de Minas Novas, está trinta e cinco léguas ao nordeste do Tejuco. A estrada é paralela ao curso do Jequitinhonha, que corre duas a cinco léguas a leste. Nesta direção correm inúmeros regatos. Em alguns, encontram-se topázios brancos, conhecidos mais comunamente aqui pelo nome de minas novas, são lindas pedras transparentes; algumas perfeitamente cristalizadas, com a forma de topázio amarélio. Também se encontram topázios azues e águas marinhas; os primeiros são de variedade singular, tendo uma parte azul e outra clara e diáfama. (MAWE, 1944, p. 229.)

Os relatos do Alto Jequitinhonha mostram a riqueza presente nessa região e a cidade de Minas Novas como uma das principais, além dos minerais encontrados na cidade, “O comércio entre Rio de Janeiro e Minas Novas consiste principalmente em negros, ferro, sal, tecidos de lã, [...] um pouco de vinho e de óleo, peixe, sal, gado e manteiga.” (MAWE, 1944, p 230.) Minas Novas estava sob jurisdição da Vila do Príncipe, atual cidade do Serro na medida em que “A povoação de Minas Novas é pequena, comparada à sua extensão, mas o número dos habitantes aumenta incessantemente. Não parece que a exploração seja o que atrai os colonos, se bem que aí se encontrem muitas pedras preciosas, que não se acham em outros lugares.” (MAWE, 1944, p 231.) Através dos relatos dos Padres Matemáticos e dos escritos de Jonh Mawe, podemos identificar que a cartografia e a historiografia recuperam a memória histórica da cidade e permite localizá-la no epicentro de interesses internacionais.

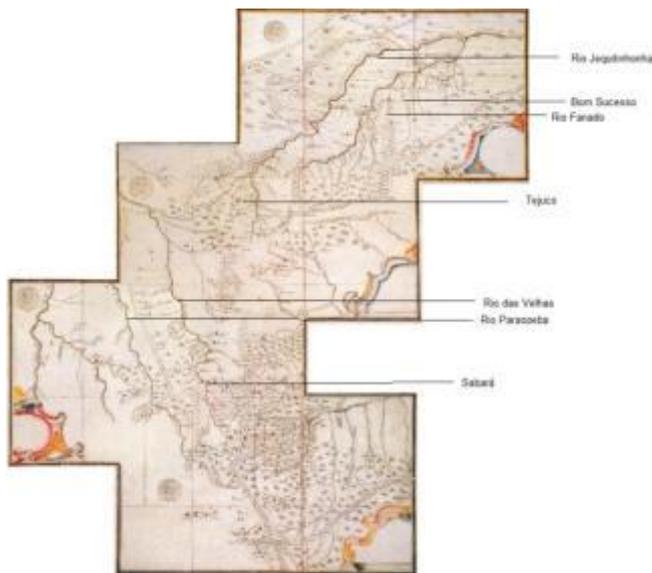
Os primeiros relatos históricos foram escritos pelos próprios protagonistas e a

de 1809 e 1810. (ARQUIVO NACIONAL MAPA, 2017).

cartografia seguiu os mesmos passos. A cartografia, ao recuperar a memória histórica, incrementa a democratização informacional e a evolução dos estudos cartográficos das cidades em prol da memorização dos seus processos históricos. No entanto, “[...] cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história”, (BOSI, 1992, p.145). São estes pontos de amarração histórica que as cidades do Vale do Jequitinhonha perderam em meio à cartografia histórica do período Colonial Brasileiro, deixando rastros do descaso na região nos dias atuais, como revelam os mapas abaixo, sendo o primeiro uma montagem do conjunto dos quatro mapas do território das minas entre as latitudes 16° 30’S e 21° 30’S, atribuídos a Diogo Soares e Domingos Capassi.

Imagem 1 - Os Primórdios da Ocupação de Minas Gerais em Mapas

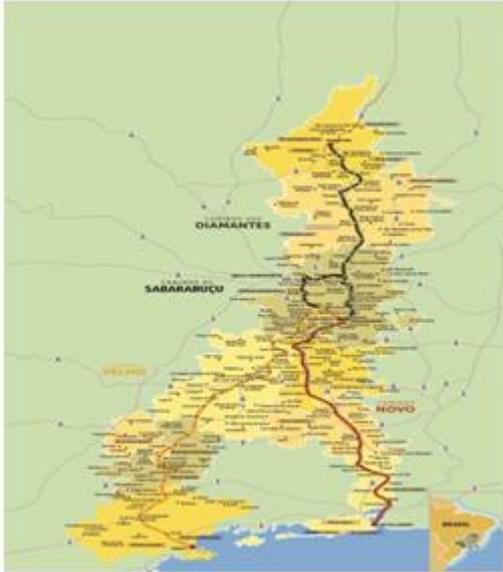
Image 1- The start of the colonization of Minas Gerais through maps



Fonte: (COSTA, 2002).

Imagem 2 - Atual Mapa da Estrada Real Mineira

Image 2 - Current Map of the Estrada Real Mineira / Royal Road of Minas Gerais



Fonte: (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2018)

Podemos verificar que a última e principal cidade que corresponde ao circuito da Estrada Real Mineira ao norte de Minas Gerais é a cidade de Diamantina, antigo Arraial do Tijuco. O Instituto da Estrada Real, todavia, vai além da cidade de Diamantina e destaca a cidade de São Gonçalo do Rio Preto, localizada acerca de 199 Km da cidade de Minas Novas, antiga Vila da Nossa Senhora do Rosário ou Vila do Bom Sucesso. No atual Mapa da Estrada Real a cidade de Minas Novas não é catalogada, mesmo apresentando evidências históricas e cartográficas deste pertencimento. No entanto a cartografia mantém o antigo Arraial do Tejuco em evidência, sinalizando a cidade como parte importante do circuito da Estrada Real. Assim, ao percorrer o norte de Minas Gerais e de Belo Horizonte podemos identificar placas indicando a cidade e evidenciando que a mesma faz parte do Circuito da Estrada Real, das Pedras Preciosas e dos Diamantes.

A cartografia evidência a importância de regiões e cidades, ainda exerce o poder de alavancar ou até mesmo reduzir o potencial histórico e turístico das cidades. O traçado do mapa dos Padres Matemáticos e o traçado do atual mapa do Instituto da Estrada Real correspondem praticamente às mesmas cidades, tendo

Diamantina e Sabará como uma das principais cidades. Ouro preto, Serro e Mariana também estão entre às principais cidades, no entanto, devido ao aglomerado de cidades presentes logo após a cidade de Sabará, não foi possível demarcar essas cidades nos mapas dos Padres Matemáticos, essa aglomeração de Vilas se deu devido ao alto potencial de minérios presentes nessa região, desse modo, a aglomeração de Vilas e povoados foi maior na região sul de Minas Gerais.

Todavia, tais constatações não justificam a não representação de cidades do Alto Jequitinhonha no circuito da Estrada Real, principalmente a cidade de Minas Novas, que foi cartografada pelos Padres Matemáticos e descrita nos livros históricos da colonização do Brasil, bem como nos registros deixados pelo naturalista e minerologista Jonh Mawe (1944), que percorreu a região. Sem passado não existe futuro, e sem a memória histórica não se pode alavancar uma cidade que, no caso, teve seu potencial histórico e turístico anulado, devido à anulação de sua memória cartográfica.

Memória e Esquecimento

A memória é um conceito muitas vezes utilizado em construções narrativas como forma de acesso ao passado através da subjetividade do presente. No entanto, a memória não é dotada apenas de materialidade, mas é a materialidade que transmite de forma significativa à preservação da memória. Paul Ricouer identifica e analisa os usos e abusos da memória por intermédio de três tipos de investigação: rememoração, manipulação e obrigação. Inserindo na discussão do que vêm a ser memória e partindo da investigação da rememoração o autor considera que a "[...] palavra repetida várias vezes, e simetricamente oposta à compulsão: trabalho de rememoração contra compulsão de repetição [...]" (2007, p.85). Assim, o autor reitera que a memória manipulada busca através do luto "[...] o custo do trabalho da lembrança, mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto." (2007, p.86), isto é, a memória manipulada dispõe função de liberta-se da perda por intermédio do luto. Deste modo a memória surge como uma obrigação "[...] é nesse ponto de atrito que o dever de memória se revela

particularmente carregado de ambiguidades". (2007, p.100)

Esse leque de variações do que vêm a ser memória, partindo da ambiguidade de rastros passados e dívidas históricas, a memória surge como obrigação, ou seja, "O dever da memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outras [...], mas também submeter a herança a inventário". (RICOUER, 2007, p.101). A memória torna-se elemento aglutinador na vida de qualquer ser racional e pensante, não há patrimônio mais rico do que a memória visto que a capacidade da memória vai além de adquirir e armazenar, pois demanda recuperar lembranças anuladas.

Essa anulação de lembranças parte do esquecimento. Sua problemática segue bifurcações contrastivas e perpassa por caminhos ligados a manifestações individuais, sejam ela ligadas ao envelhecimento ou a morte, que são vulnerabilidade de toda condição de vida humana. Essa vulnerabilidade coletiva gera a ausência e o distanciamento de fenômenos apagados da história da humana, deste modo, Paul Ricoeur denomina "[...] esquecimento por apagamento dos rastros, e esquecimento de reserva [...]" (2007, p.425). O esquecimento como apagamento dos rastros é o esquecimento presente na cartografia analisada, visto que a ausência de Minas Novas nos mapas passa a ser determinada, ao longo do tempo, por processos de representação ligados a instituições que cartografam apenas regiões de seus interesses, lançando na cartografia a obscuridade e enigmas no processo de comparação dos primeiros aos atuais mapas.

Assim a herança presente nos documentos cartográficos, uma das porções de verdade histórica acessível dentro da Geografia, nos dizem muito, pois a memória está arquivada e documentada e que todo documento "[...] pode ser interrogado por um historiador com a idéia de nele encontrar uma informação sobre o passado." (RICOUER, 2007, p.189). Tal constatação põe em cheque os rastros deixados dos antigos aos atuais mapas, comparando o que se foi esquecido e o que ainda permanece vivo na memória cartográfica. São esses os elementos que norteiam a possibilidade de transformação do potencial regional do espaço geográfico em análise, de sua visibilidade histórica, como ferramenta para o desenvolvimento regional.

A oscilação e incerteza presente no processo de vida humana entre o esquecimento individual e coletivo é o que nos faz conhecer e reconhecer “[...] a ameaça de um esquecimento definitivo e a obsessão de uma memória proibida acrescenta-se a incapacidade teórica de reconhecer a especialidade do rastro psíquico e a irredutibilidade dos problemas ligados a impressão-afecção. (RICOUER, 2007, p.437). A afecção, ausência da representação, induz o esquecimento, mas se a reminiscência for reencontrada e reconhecida sua imagem permanecerá, dessa maneira, o reconhecimento e a sobrevivência são os pilares para não se esquecer ou se deixar esquecer ora dentro da memória individual ou coletiva, considerado por essa análise como bases para o desenvolvimento regional.

A relação entre matéria cartográfica, memória e esquecimento se faz das multiplicidades de rastros que a matéria desenvolve e como esses rastros se encontram representados na contemporaneidade. Contrapondo a imagem original do passado, “[...] a ‘sobrevivência das imagens’ como uma figura do esquecimento, digna de ser oposta ao esquecimento por apagamento dos rastros”. (RICOUER, 2007, p.445), permite transformar o passado-presente-futuro. O rastro escrito, ou rastro documental, rastro psíquico e o rastro cerebral apresentados por Ricoeur (2007) exprimem que dentre os três rastros o rastro cerebral e psíquico de domínio dos estudos das neurociências é o rastro menos linear, mas é o que nos auxilia a compreender a nós mesmos e nossa própria subjetividade, é o que deixamos esquecer ou o que permanece vivo em nossa memória que nos constrói enquanto sujeitos, mas também constituem os lugares. O rastro escrito-documental é o mais linear visto que é considerado como prova-testemunho visto que “[...] as informações tão diversas quanto tabelas e curvas de preços, registros paroquiais, testamentos, bancos de dados estatísticos etc.[...] (RICOUER, 2007, p.189), entre os quais as informações cartográficas, atuam [...] no espaço geográfico os lugares referidos ao aqui absoluto do corpo próprio e do ambiente se tornam locais quaisquer que se deixam inscrever entre os sítios cujo plano é desenhado pela cartografia [...] (RICOUER, 2007, p.164). Este rastro é presente das ciências humanas, pois através do método comparativo pode-se descobrir empiricamente ordenamentos que permitam associar ou distanciar processos históricos e sociais na

medida em que:

[...] a análise comparativa aqui não representa uma técnica de levantamento e classificação de dados empíricos, mas uma perspectiva de análise social que permite romper com a singularidade dos eventos pela ação concreta dos diversos sujeitos que de fato constroem a diferenciação espacial. (ALVES; SAHR, 2013, p. 3)

Essa possibilidade de análise permite reconhecer o motivo pelo qual a cidade de Minas Novas não se configura nos mapas da Estrada Real mineira. Este dado é possível e “[...] confirmado pela constituição paralela de duas ciências, a geografia de um lado, secundada pela técnica cartográfica [...] e do outro, a historiografia.” (RICOUER, 2007, p.157), vale dizer, o esquecimento revela recursos estratégicos do desejo do que se quer lembrar “[...] lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer luz.” (RICOUER, 2007, p.455), luz que vaga entre a memória impedida e a memória manipulada.

A memória do passado é ambígua, pois esse desejo pode ter êxito ou fracassar. Como considera Paul Ricoeur “A fidelidade ao passado não é um dado, mas um voto. Como todos os votos, pode ser frustrado ou até mesmo traído.” (2007, p.502). O reconhecimento de algo é considerado como um pequeno milagre da memória, mas também pode falhar, seja essa falha provocada por manifestações individuais ou manifestações coletivas, isto é, todo o fazer-memória resume-se assim no reconhecimento. É por intermédio do reconhecimento que o esquecimento se faz presente na construção da cartografia contemporânea de cidades que são esquecidas e desvinculadas do circuito da Estrada Real de Minas Gerais, como é o caso de Minas Novas. No caminho da crítica histórica a memória encontra sentido de justiça e demonstra que a herança histórica presente nos mapas ou seu esquecimento na cartografia contemporânea, influenciam na própria constituição e valorização dos lugares, dos espaços, incidindo poderosamente no desenvolvimento – ou não – destes mesmos espaços e lugares. Assim, a memória cartográfica histórica representativa das cidades passa a ser avaliada como transmissão indivisível da história, logo, como possibilidade de desenvolvimento regional.

A Cartografia Como Instrumento de Preservação da Memória

Quando pensamos em preservação identificamos a palavra a elementos que remetem a um valor simbólico e que, de certa forma, propicia resquícios e estímulos de lembrança de alguma época ou de construções históricas. Assim, conforme destaca Olga Brites Silva “Cabe aos profissionais da memória – aos historiadores e todos os que atuam na preservação do patrimônio histórico e cultural” (1992, p.19), vale dizer, cada qual dentro do seu campo de atuação, deve buscar elementos representativos da memória, pois como trata a autora “A possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro a disposição da posterioridade.” (1992, p.19).

No campo da Cartografia os mapas são elementos de representação de uma determinada área geográfica e a cartografia, constituinte de técnicas apuradas, descreve a superfície terrestre, que é uma superfície curva, para uma superfície plana, na folha do papel, do qual se origina o principal material que dispõe memória geográfica, ou seja, “[...] como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos territoriais. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial” (MORAES, 2000, p. 11). É desta ação simplificada e convencional do todo ou de parte da superfície terrestre ao longo dos séculos que se permite o reconhecimento dos limites geográficos, das extensões territoriais que marcam os processos históricos.

A cartografia é a produção histórica das cidades. Os mapas das cidades são como ideário de registro da memória, inventário do imaginário, narrativa histórica da Geografia e da paisagem urbana. Os mapas são mais antigos do que a escrita e revelam aspecto além da Geografia. Para os povos pré-históricos saber onde estavam e registrarem um lugar recém-descoberto era o principal feito e essas descobertas eram registradas em pedras, argilas, papiros, madeira e os mesmos consideravam os registros como uma questão de sobrevivência. Deste modo, a construção cartográfica se dava através da filtragem e do conhecimento através das informações absorvidas por seus mediadores. Isto posto, não é incorreto dizer

que[...] esse papel fica a cargo das instituições de memória, de seus profissionais que, com seus instrumentos de armazenagem, processamento e disseminação da informação organizam e permitem sua difusão em variados modos: textos, imagens, sons, meios que traçam signos e abrem vias para a passagem do conhecimento, organizando sua materialidade. (BARRETO, 2007, p. 162).

A cartografia deve ser vista como produto do espaço, no qual as identidades representativas ocultam ou revelam o seu valor histórico e as práticas governamentais que as constituem. Desconstruir mapas é uma forma de buscar compreender o histórico atual das cidades, pois a cartografia é feita mediante as diferentes técnicas, cada uma com as suas especificidades. Todavia, para construir os mapas, os cartógrafos utilizam a memória para dialogar com o interlocutor ou receptor deste material. O reconhecimento de uma imagem só é possível através dos fleches que permite identificar, reconhecer e ler imagens, conseqüentemente, os mapas são imagens desenhadas a partir da memorização dos lugares, ou seja, forma simbólica como ferramenta de produção do espaço, pois a História da Cartografia precisa ser extensivamente e ativamente repensadas, ou seja, “Em particular, nós devemos organizar nossas narrativas históricas e cartobibliográficas não sobre as regiões e os lugares mapeados, mas no contexto em que os mapas foram produzidos e utilizados.” (EDNEY,2007,p.49).

No entanto, o registro cartográfico como produção da memória, da construção histórica e das mudanças urbanas representa e carrega consigo a herança da produção e do espaço das cidades. Podemos considerar como um processo hereditário por meio da reprodução do regime de construção de regiões, que carregam ao longo das suas implantações heranças marcadas pelos colonizadores, que buscavam na representação cartográfica maior conexão ou clareza das regiões que estavam sendo desbravadas e seus possíveis potenciais de exploração. Os mapas não podem ser pensados como pontos finais, mas devem ser pensados como estímulos para as lembranças da memória, pois como afirma Paul Ricoeur “Uma lembrança, à medida que se atualiza, provavelmente tende a viver numa imagem” (2003, p. 68), isto é, imagem que sempre busca o traçado dos lugares,

traçado este que é representado na cartografia científica e que tem como produto final os mapas.

Podemos perder de vista a potência de uma construção colaborativa dos mapas como elementos construtores de identidade regional e de configuração de processos de desenvolvimento regional. Os estudos ligados a mapas das cidades constituem a história de como os espaços sociais foram cartografados, a partir de que condições que a imagem das cidades foram dadas a ver no momento da elaboração dos mapas. De acordo com esta perspectiva, “As identidades nacionais são construídas a partir da memória, representação, imagens e símbolos que refletem seu passado e presente” (CALANDRO et al, 2014, p. 16). Deste modo, as condições histórias representadas na cartografia deixam rastros de memória desde o seu passado até o presente que permanece na memória, “Seja como um tempo perdido, mas que nunca acaba, seja na forma de um lugar, de um espaço de lembranças” (CANTON, 2015, p.30), pois a memória é o tempo, lugar, história e lembranças.

A Cartografia confere ao tempo histórico a escala de racionalização do lugar promovendo sentidos de lugares, visibilidade planimétrica da superfície terrestre e paisagens decifradas dos símbolos lidos nas legendas desenhadas geometricamente. De acordo com Paul Ricouer “o lado geométrico da experiência do espaço é visualizado pela cartografia, cuja marca reencontraremos quando tratarmos dos jogos de escalas”(2007, p.160), considerados como representativos na medida em que obscurecem a história ou até mesmo revelam novas histórias, pois as escalas, relação matemática entre as dimensões do objeto no real e a fonte e adotada, demonstram o olhar de cada mediador, seja o historiador ou o geógrafo. Conforme caracteriza o autor:

Em cartografia, existe um referente externo, o território que o mapa representa; além disso as distâncias medidas pelos mapas de escalas diferentes são comensuráveis segundo relações homotéticas, o que permite falar da redução de um terreno pela colocação em uma determinada escala. [...] Esse traço duplo – proporcionalidade das dimensões e heterogeneidade na informação – não pode deixar de afetar a geografia, que deve tanto à cartografia [...] (RICOUER, 2007, p.221).

Essa perda de detalhes e complexidade nos dá a ideia da perda de historicidade que os mapas coloniais e atuais deixam de retratar, e em cujas lacunas a memória histórica das cidades se esvai, contrapondo na balança entre ganho e perda de informação de acordo com as escalas escolhidas. “O que a noção de escala comporta de próprio do uso que dela fazem os historiadores, é a ausência de comensurabilidade das dimensões”, acrescenta Paul Ricoeur (2007, p.222). Não obstante, a perspectiva não é retratar a visualização no sentido de grandeza ou diminuição o espaço visualizado, mas a visualização de espaços diferentes que possibilitam aniquilar ou distorcer memórias eliminando-as através do esquecimento, algo que inviabiliza o potencial de desenvolvimento regional de um dado espaço, lugar ou paisagem, pois elimina o que pode conferir visibilidade, interesse e progresso.

O balanço entre vantagens e perda de informação aplica-se a operações de modelização que envolvem formas diferentes do imaginário heurístico. Nesse aspecto, o que se pode censurar à macro-histórica, na medida em que não percebeu sua dependência em relação a uma escolha de escala, é que adota inconscientemente um modelo mais cartográfico que especificamente histórico, de óptica macroscópica, eliminando as especificidades existentes. Deste modo, a operação cartográfica da reconstrução do real muitas vezes deixa de demonstrar nos mapas “[...] as estratégias familiares e individuais, confrontadas com realidades econômicas, com relações hierárquicas, num jogo de trocas entre o centro e a periferia, em resumo, interações que têm por lugar um vilarejo”, (RICOUER, 2007, p.226) e até mesmo antes dos vilarejos, é possível entender que desde as capitânicas hereditárias, no qual se foi construído os primeiros mapas da representação histórica brasileira, o primeiro rastro de memória cartográfica.

A cartografia como representação da experiência vivida por cada pesquisador e suas capacidades de correlacionar e interpretar fenômenos sociais, ambientais e culturais, que vinculam capacidades de leitura e entendimento da área mapeada, permite o seu desenvolvimento ou sua negação. A representação artística da cartografia na pós-modernidade trabalha com o movimento constante de mudança, cria fluxos visíveis e invisíveis no tempo e na memória, isto é, não se trata apenas de

proporcionar mais informação, mas o que realmente se faz necessário é deixar o testemunho, assumido como rastros, para pesquisarmos as transformações históricas de cidades por intermédio da memória cartográfica, inclusive, como ferramenta para o desenvolvimento regional.

Nesse contexto podemos considerar que a cartografia vai além de uma ciência, é uma arte e uma técnica com múltiplas funções, vale dizer, “Função de referência, função de inventário, função de explicação, função de prospecção, função de comunicação: os objetivos da cartografia são múltiplos.” (JOLY, 1977, p.11). A linguagem cartográfica e a análise do espaço geográfico são conduzidas por causas múltiplas, sendo essas causas correlacionadas e portadores de consequências para o futuro, deixam certa duração memorável como herança e mensagens de potencialidades que englobam desde microrregiões ao Estado, que muitas vezes nos impõem rever os atuais estatutos ou nos leva a repensar as construções históricas, logo, o potencial dos espaços geográficos.

Considerações Finais

O que marca a presente pesquisa, e que é apontada em toda a discussão e o poder da memória e do esquecimento na construção histórica e contemporânea dentro da cartografia das cidades. A opção de análise comparativa dos mapas demonstra os aspectos econômicos e sócias, bem como os condicionamentos históricos dos quais se inserem ou descaracterizam as cidades nos atuais mapas da Estrada Real.

Não queremos enaltecer a cidade de Minas Novas dentro do circuito Turístico da Estrada Real, mas dizer que tal tensão, permite averiguar o esquecimento da cidade de Minas Novas na cartografia e nos atuais mapas fabricados pelo Instituto da Estrada Real, por conseguinte as evidências cartográficas comprovam o importante papel da cidade de Minas Novas desde o século XVIII paralelamente com a cidade de Diamantina na exploração de minérios nas Minas Gerais. Acreditamos ter dado alguns passos em direção a uma perspectiva que integre os dois aspectos da análise. De um lado a memória, como unidade de análise, o que nos permitiu

vislumbrar como os fenômenos de memorização seja eles individuais ou manipulados pela mídia/Estado são condicionantes importantes dentro dos processos cartográficos e históricos que a memória é construída partindo do reconhecimento de algum vestígio que possa transmitir memória. E de outro lado colocamos as nossas descobertas no contexto do esquecimento, que se orienta não somente por condicionantes do uso e desuso da memória, mas por questões “[...] acima da escala da racionalização do lugar. É preciso proceder do espaço construído da arquitetura á terra habitada da geografia.” (RICOUER, 2007, p.160), assim busca entender o esquecimento não apenas divergindo-o da memória, mas enfatizando considerações sobre o espaço, tempo e lugar em que o objeto de estudo passou a ser esquecido.

As duas vias não se chocam ou excluem, mas na verdade se complementam. A análise da memória e do esquecimento ao nível do Índice de Desenvolvimento Humano, e os parâmetros que são fornecidos pela análise do sistema econômico auxiliam na coleta de informações e na análise dos dados obtidos a nível do esquecimento da cidade. A exemplo disso é o histórico do Vale do Jequitinhonha de ser considerado e ser lembrado como umas das regiões mais pobres do estado de Minas Gerais.

Se adotarmos a visão de que a cartografia brasileira insere-se dependentemente no desenvolvimento regional e que se veicula especialmente através da informação que conduz a inovações que resultam na memória, e que essa memória é destinada ao consumo de parcela população, que é precisamente a dotada de maior poder aquisitivo, e que a Estrada Real é a principal caminho turístico de Minas Gerais, constatamos que tais situações encontraram seus correlatos ao nível do esquecimento de cidades que apresentam potencial histórico para se enquadrem dentro dos mapas do Instituto da Estrada Real mas são esquecidas dentro da cartografia contemporânea.

Referências

ALVES, T. T.; SHAR, C.L.L. O método comparativo em estudos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 3-19, 2014.

Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/25505/15102>.

Acesso em: 11 jan. 2019

BARRETO, A. Memória e sociedade contemporânea. **Revista ACB**, Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-176, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/506/651>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

BOSI, E. **Memória da cidade**: lembranças paulistanas. São Paulo. jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CALANDRO, L. T.; PEZZATO, P. J. Memória e Identidade no Contexto de uma Cartografia Cultural: Notas para discussão. **Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Geografia Territorium Terram**, São João Del Rei, v. 02., n.03., p.13-28, out./mar. 2013/2014. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium_terram/article/view/550>. Acesso em: 06 jan. 2019.

CANTON, K. **Tempo e Memória**. 1. ed. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2015.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro. Instituto Rio Branco, 2009

COSTA, A. G. (Org.). **Cartografia da conquista do território das minas**. Belo Horizonte: UFMG, 2004

COSTA, A.G. *et al.* **Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

JOLY, F. **A cartografia.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1997.

KNAUSS, P.; RICCI, C.; CHIAVARI, M. **Brasil: Uma Cartografia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

MAWE, J. **Jonh Mawe.** Brasil, Arquivo Nacional. 13, fev. 2017. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/429-john-mawe>>. Acesso em: 07 maio 2018.

MAWE, J. **Viagens ao Interior do Brasil:** principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** O território colonial brasileiro ao “longo” do século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000.

PRECIOSO, D. Micro História e os Caminhos da História Social. In: II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social, UFJF, Juiz de Fora. **Anais do II Colóquio do LAHES.** Juiz de Fora, MG: Bianca Portes de Castro, 2008. p. 1-15.

RICOEUR, P. **A memória, a história o esquecimento.** 1. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

SILVA, B.O. Memória, preservação e tradições populares. In: CUNHA, P. C. M. (Org.). **O direito à memória:** Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1992. p. 17-20.